



FICE

7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

05 e 06 de setembro

ESTUDOS DESCOLONIAIS: Epistemologias do sul e educação

Geisi Bottcher¹ ; Regina Caon²; Eliana Quartiero³

INTRODUÇÃO

Segundo Skliar (1999), a noção de diferença necessita ser desnaturalizada: "As diferenças não são uma obviedade cultural nem uma marca de 'pluralidade'; as diferenças se constroem histórica, social e politicamente; não podem caracterizar-se como totalidades fixas, essenciais e inalteráveis (p. 22-23). Uma extensa categorização do humano está fundada na instalação da modernidade aqui pensada como constituída conjuntamente com o processo de colonização de populações que se situam fora da Europa, movimento que deu base para a construção de uma determinada matriz de poder. (MIGNOLO, 2003, 2008, 1996). Esta matriz de poder tem seus alicerces na racialização e na racionalização da sociedade (QUIJANO, 2005), este processo de racialização impôs uma classificação humana, inicialmente, em três raças: brancos, índios e negros tendo como referência a cultura européia como a que produz conhecimento, ciência e civilidade.

A lógica moderna foi universalizada e formalizou uma classificação/hierarquização, podemos perceber esta lógica classificatória nas marcações de países como sendo: de primeiro, de segundo e de terceiro mundo; centro e periferia; desenvolvido, em desenvolvimento e subdesenvolvido. Enunciados que colocam: "educação de primeiro mundo" como sinônimo de educação de qualidade estão inscritos em redes de poder que instituem que a educação escolar deve se aproximar da lógica cultural, política e epistêmica dos países "centrais".

¹ Aluna do Instituto Federal Catarinense, campus Videira. Curso Licenciatura em Pedagogia. E-mail: geisibottcher@gmail.com

² Aluna do Instituto Federal Catarinense, campus Videira. Curso Licenciatura em Pedagogia. E-mail: regina.caon@bol.com.br

³ Professora Orientadora do Instituto Federal Catarinense, campus Videira. E-mail: eliana.quartiero@ifc.edu.br



FICE

**7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO**

05 e 06 de setembro

Esta pesquisa teve como foco o estudo das produções teóricas de autores alinhados ao grupo de pesquisa “Proyecto latino/latinoamericano Modernidad/colonialidad”. Este apresenta um caráter heterogêneo e transdisciplinar, alguns pesquisadores/a deste grupo são: Enrique Dussel, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Catherine Walsh e Nelson Maldonado-Torres, dentre outros. O postulado principal que os une é que “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p.75). A razão, a ciência, o progresso, o universalismo são alguns dos elementos de um processo de modernidade em que a história é tomada como uma linha em que o homem colonizador europeu é identificado como ponto alto da evolução, ao passo que outras populações são classificadas em escala gradual de inferioridade, em relação ao que é considerado o ideal humano (MALDONADO-TORRES, 2007). É nesta lógica que foram elaboradas teorias *científicas* sobre as diferenças entre os seres humanos, a partir de um nível biológico e antropológico, surge a ideia de raça e os processos de racialização da população mundial.

Para manter estruturas de poder baseadas na desigualdade foi necessário fundamentar esta desigualdade e naturalizar a superioridade / inferioridade, as diferenças fenotípicas foram utilizadas para iniciar este processo de naturalização, e passaram a se constituir como marcas de desigualdade. O eurocentrismo é uma forma de pensar que permeia as práticas educativas e sua lógica engendra um lugar de superioridade ontológica das culturas e dos povos europeus, constitui uma visão da história que a maioria das pessoas aprende e assimila na escola (LANDER, 2000, MALDONADO-TORRES, 2007, MIGNOLO, 2003)

O fim da colonização não representou o término da sua matriz de poder que se reconfigurou e permanece numa geopolítica do conhecimento moderno onde há a instituição de elementos da sociedade como naturalmente superiores, um exemplo é a distinção entre: idiomas e dialetos, cultura e folclore, religião e seita, erudito e popular. Esse modelo de poder, chamado por Anibal Quijano, Walter Mignolo e outros autores pesquisadores como colonialidade do poder é construído a partir de uma afirmada superioridade étnica e cognitiva do colonizador com relação



FICE

**7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO**

05 e 06 de setembro

ao colonizado (CASTRO-GÓMEZ, 2000, p. 28). É essa suposta superioridade que serve de justificativa à missão civilizatória do ocidente, pela qual negros, índios e mestiços foram construídos como “outros”, inferiorizados e passíveis de exploração e opressão.

A persistência das hierarquias epistêmicas e do racismo no mundo contemporâneo instituem dinâmicas de poder que racializam, excluem e discriminam pessoas, povos e conhecimentos. Uma análise dessas formas de colonialidade no campo do conhecimento é feita por Santiago Castro-Gomez (2006), segundo este autor, a lógica colonial da modernidade não vai apenas estar ligada ao contexto da colonialidade política, mas também vai sustentar um regime de produção de saberes que estão ligados a uma certa imagem de vida, de comunidade, de ensino, de aprendizagem. Dentro desta lógica teremos classificações e uma série de aproximações onde ser descendente de imigrantes europeus vai conferir uma determinada identidade ao sujeito, e produzir a vontade e necessidade de se aproximar do modelo valorizado europeu. Conforme se estabelece um processo de diferenciação, este traz como consequência que alguns indivíduos são situados como *outros*, seja em termos de racismo, sexismo, homofobia, preconceitos de classe, estas marcas se estabelecem como hierarquias, a partir de um referencial da normalidade. “A normalização pressupõe um sistema de medidas, de graduações precisas e sutis às quais os indivíduos são distribuídos em relação a uma norma. Esta mesma norma é que organiza esta distribuição, como também produz o seu resultado”. (RABINOW, 1999, p. 44).

Fomos constituídos/formados em contextos de práticas pedagógicas que, desde a modernidade, utilizaram enunciados para nomear o outro, como "anormal", "especial", "diferente", "diverso". Nesta pesquisa levantou-se a problemática das relações entre educação e diferenças/diversidades, através dos debates, reflexões e pesquisas, no Brasil e em todo o continente latino-americano de autores que se automeiam descoloniais. A pedagogia descolonial, conforme Catherine Walsh (2005), é uma perspectiva ainda em processo de construção, que coloca em discussão o racismo epistêmico, ou seja, a operação teórica que privilegiou a afirmação dos conhecimentos produzidos pelo ocidente como os únicos legítimos e



com capacidade de acesso à universalidade e à verdade. Os conhecimentos não ocidentais, nesta lógica, são considerados como inferiores.

Esta pesquisa teve como objetivo estudar como estas teorias contribuem para a formulação de práticas pedagógicas problematizadoras da desigualdade social e cultural. Nesse contexto, a produção do grupo “Modernidade/Colonialidade”, formado por intelectuais de diferentes procedências e inserções, busca construir um projeto epistemológico, ético e político a partir de uma crítica à modernidade ocidental em seus postulados históricos, sociológicos e filosóficos. As contribuições desse grupo são de especial relevância e originalidade, apresentando potencial instigante para a reflexão sobre interculturalidade e educação, no contexto atual do continente latinoamericano e, especificamente, no nosso país. O objetivo foi realizar revisão de literatura sobre a produção de autores que realizam as discussões teóricas dos Estudos Descoloniais buscando sua contribuição no campo das Pedagogias Descoloniais. Caracterizar, a partir das produções selecionadas, como os autores que se identificam com as propostas da pedagogia descolonial colocam a discussão de práticas pedagógicas interculturais. Analisar, a partir das produções selecionadas, as contribuições dos estudos descoloniais para a construção de práticas pedagógicas *outras*. Refletir na possível utilização dos estudos descoloniais para uma contribuição na produção e ensino de conhecimentos situados, ou seja, numa ótica de epistemologias do sul.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Iniciou-se a pesquisa com uma análise das principais ideias e formulações teóricas desse grupo. Arturo Escobar, antropólogo colombiano e professor da Universidade da Carolina do Norte, foi um dos autores estudados, pois este nomeou o grupo de pesquisa “Modernidade/Colonialidade”, como um grupo que analisava e relatava a perspectiva de um projeto epistemológico novo, de uma construção alternativa à modernidade eurocêntrica, tanto no seu projeto de civilização quanto em suas propostas epistêmicas. Outros autores estudados são: o filósofo argentino Enrique Dussel, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o semiólogo



FICE

**7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO**

05 e 06 de setembro

e teórico cultural argentino-norte-americano Walter Mignolo, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, a linguista norte-americana radicada no Equador Catherine Walsh, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres.

O postulado principal do grupo é o seguinte: “a colonialidade é constitutiva da modernidade, e não derivada” (MIGNOLO, 2005, p. 75). Ou seja, modernidade e colonialidade são as duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa pode produzir as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente.

Nas leituras destes autores se busca uma conexão de pensamento produzidas a partir da América Latina, na perspectiva da descolonialidade da existência, do conhecimento e do poder. Uma autora de destaque é Catherine Walsh que estabelece uma discussão sobre os processos educacionais a partir de conceitos como: pensamento-outro, decolonialidade e pensamento crítico de fronteira.

Pensamento-outro provém do autor árabe-islâmico Abdelkebir Khatibi, que parte do princípio da possibilidade do pensamento a partir da descolonização, ou seja, a luta contra a não-existência, a existência dominada e a desumanização. É uma perspectiva semelhante à proposta pelo conceito de colonialidade do ser, uma categoria que serve como força para questionar a negação histórica da existência dos não-europeus, como os afrodescendentes e indígenas da América Latina. Contestando as concepções de que diversos povos não ocidentais seriam não-modernos, atrasados e não-civilizados, descolonizar-se cumpre papel fundamental do ponto de vista epistemológico e político.

Foi realizado um levantamento de publicações existentes sobre este tema, os principais achados teóricos consistem em: a abordagem da pedagogia descolonial vai salientar que a constituição de mundos, uns avançados e outros a serem educados/colonizados, faz parte de uma narrativa que perpetua as verdades coloniais e reitera um funcionamento de saber/poder que espacializa as classificações acerca das pessoas. Um projeto descolonial de educação envolve três



princípios: a) pensamento-Outro - na crítica à subalternização e constituição de um pensamento que integra o tradicional e o diverso; b) postura crítica de fronteira - que concebe outras lógicas e formas de pensar; e c) Pedagogia decolonial - concebida como política cultural, tem por intuito criar novas/outras formas de vida social, política e de pensamento (OLIVEIRA; CANDAU, 2013).

O *corpus* da pesquisa resultou do levantamento de publicações existentes sobre Pedagogia descolonial, considerando autores pertinentes aos estudos descoloniais e um levantamento da produção científica no período de 2004 a 2016, presente na base SciELO . Foi realizado um mapeamento das fontes bibliográficas, ordenamento das publicações e análise.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos estudos realizados, se percebem contribuições, que tem se inserido, principalmente, no contexto brasileiro, nas discussões para a implementação de uma educação antirracista. No Brasil, durante os anos pós-promulgação da Constituição, novos e velhos debates ocuparam o cenário acadêmico e social. Aprofundou-se a ruptura com o mito da democracia racial e avançou-se para as discussões no campo das ações afirmativas, com a polêmica acerca das cotas, principalmente raciais, nas universidades. Além disso, os chamados temas de interesse dos afrodescendentes adquirem maior visibilidade no universo das pesquisas acadêmicas em várias áreas do conhecimento.

Neste contexto se mostram pertinentes as propostas de uma prática pedagógica descolonizante, pois estudar estes temas questiona paradigmas eurocêntricos que marginalizaram, desqualificaram e negaram as contribuições da cultura afro-brasileira e africana para a sociedade brasileira. Segundo Quijano (2010, p. 86), “O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia”. Nos debates em torno da Lei 10.639/03, podemos observar algumas semelhanças com as reflexões sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser e a possibilidade de novas construções



teóricas para a emergência da diferença colonial no Brasil e de uma proposta de interculturalidade crítica e de uma pedagogia decolonial.

A proposta de uma pedagogia decolonial e de interculturalidade crítica requer a superação tanto de padrões epistemológicos hegemônicos no seio da intelectualidade brasileira quanto a afirmação de novos espaços de enunciação epistêmica nos movimentos sociais. Surge, assim, a necessidade de se dar um tratamento pedagógico à questão étnico-racial no espaço escolar visto que “[...] o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura, as relações raciais, entre outras (GOMES, 2005, p. 147)”.

Nesse contexto, se destaca a produção do grupo “Modernidade/Colonialidade” como contribuições de especial relevância e originalidade, apresentando potencial instigante para a reflexão sobre interculturalidade, relações étnico-raciais e educação, no contexto atual do continente latino-americano e, especificamente, no nosso país. Estes autores demonstram que, apesar do fim dos colonialismos modernos, a colonialidade sobrevive.

Quijano explicita que o conceito de raça é uma abstração, uma invenção que nada tem a ver com processos biológicos. É no século XVI que se cria a união entre cor e raça, e, mais, esse conceito, para o autor, exerce papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo moderno a partir do século XIX. Além disso, esse conceito operou a inferiorização de grupos humanos não-europeus, do ponto de vista da produção da divisão racial do trabalho, do salário, da produção cultural e dos conhecimentos. Walter Mignolo (2005), nessa linha de raciocínio, vai afirmar que as ciências humanas, legitimadas pelo Estado, cumpriram papel fundamental na invenção do outro. Além disso, com a ideia de progresso se estabeleceu uma linha temporal em que a Europa aparecia como superior. A colonialidade do ser é pensada, portanto, como a negação de um estatuto humano para africanos e indígenas, por exemplo, na história da modernidade colonial. Essa negação,



segundo Walsh (2006), implanta problemas reais em torno da liberdade, do ser e da história do indivíduo subalternizado por uma violência epistêmica.

Na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro vem sendo desenvolvida a pesquisa "Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença", desde 2006, tendo como um de seus principais objetivos analisar a problemática da educação intercultural no contexto latino-americano. No percurso investigativo realizado, foi privilegiada a produção do grupo Modernidade-Colonialidade, por seu potencial crítico para a discussão das relações entre interculturalidade, relações étnico-raciais e educação no Brasil. Com esse intuito, duas premissas devem ser refutadas "(1) que o lugar de produção de conhecimento se circunscreve somente a academia e (2) os conceitos de racionalidade que regem o conhecimento científico." (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 143).

A partir de 2001, com o convênio entre a Universidade Duke, a Universidade da Carolina do Norte, a Universidade Javeriana de Bogotá e a Universidade Andina Simon Bolívar de Quito, com a participação de intelectuais da Bolívia, da Colômbia, do Peru, do Equador, da Venezuela, da Argentina, do México e dos EUA, estabeleceu-se um intenso diálogo que influenciou as grandes questões abordadas pelo primeiro Programa de Doutorado em Estudos Culturais Latinoamericanos da Universidade Andina Simon Bolívar do Equador. Em outubro de 2007, foi realizado um seminário presencial, no Rio de Janeiro, com a professora Catherine Walsh, em que se discutiu a perspectiva desenvolvida pelo grupo "Modernidade/Colonialidade", especialmente em suas relações com a educação. Walsh afirma, tendo como referência os movimentos sociais indígenas equatorianos e dos afro-equatorianos, que a decolonialidade implica considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Portanto, decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.

Portanto, do ponto de vista da construção do conhecimento histórico, fica evidente que novas interpretações, com base em pesquisas internacionais recém-



publicadas, estão sendo propostas aos sistemas de ensino e principalmente aos docentes, no que tange à interpretação da história da humanidade e da constituição da nacionalidade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada mostrou que as discussões teóricas estão sendo utilizadas em contextos de formação de professores: no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – *Campus Floresta* está sendo oferecida uma Pós-Graduação *Lato Sensu* em “Educação Intercultural no Pensamento Decolonial”. Este curso tem como objetivo possibilitar aos profissionais de educação aproximações sistemáticas às dimensões político-epistemológicas e teórico-metodológicas da Educação Intercultural quando interpretada à luz das tradições do pensamento decolonial.

No Programa De Pós-Graduação Em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro vem sendo oferecida a disciplina: Colonialidade e racismo epistêmico: relações étnicorraciais na formação docente. A ementa desta disciplina coloca o estudo da Pedagogia decolonial e sua relação com a produção de conhecimento nas práticas pedagógicas antirracistas da educação básica. Oliveira e Candau (2010) apontam sobre a importância para políticas antirracistas e interculturais os estudos da teoria pedagogia descolonial. No tocante às questões de gênero, o debate é levantado pelo feminismo *decolonial*. A revista eletrônica *Con La A* em várias de suas edições traz a construção desse pensamento. Pensadoras como Alicia Gómez, Jaramillo, Bidaseca e Castillo (2013) salientam a necessidade de se respeitar as alteridades das mulheres indígenas, afrodescendentes e latino-americanas como forma de empoderamento de grupos étnicos que sofrem discriminação tanto pelo processo de racialização oriundo da Europa bem como pelo gênero.

REFERÊNCIAS



FICE

7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

05 e 06 de setembro

CASTROGÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Org.). **El Giro Decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

_____. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la invención del otro. In: LANDER, Edgardo (Comp.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000.

LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Buenos Aires: Clacso, 2000.

LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas. latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto In Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel (comps.). **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá, Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Centraliesco, Siglo del Hombre Editores, 2007.

MIGNOLO, W. **Historias Locales/Diseños Globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. 1ª reimpresión. Madrid: Akal, 2011.

MIGNOLO, W. Las geopolíticas del conocimiento y colonialidad del poder. Entrevista concedida a C. Walsh. **Revista Polis**, n. 4, 2003. Disponible em: <http://www.revistapolis.cl/4/walsh.htm>. Acesso em: 10 ago.2011.

MIGNOLO, Walter D. **La idea de américa latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa (2005).

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Epistémica**: Retórica de la Modernidad. Ediciones del Signo, Buenos Aires: Argentina, 2010.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais projetos Locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

OLIVEIRA, L. F; CANDAU, V. M. F. Pedagogía decolonial y educación anti-racista e intercultural en Brasil. In: WALSH, C. **Pedagogías decoloniales**: practicas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013.



FICE

**7ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO**

05 e 06 de setembro

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais**. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3 ed., Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGOQUEL, R. (Org.). **El Giro Decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 93-126.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, pp. 455-491.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO I**. Quito-Ecuador, Ediciones Abya-Yala, 2013.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. TOMO II**. Quito-Ecuador, Ediciones Abya-Yala, 2013.

RABINOW, B. **Antropologia da razão: ensaios de Paul Rabinow**. Organização e Tradução de João Guilherme Biehl. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos**. Popayán: Samava, 2010.

SEGATO, Rita Laura [et al.] ; coordinación general de Karina Andrea Bidaseca. **Genealogías críticas de la colonialidad en América Latina, África, Oriente**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Ciudad Autónoma de Buenos Aires : IDAES, 2016.

SKLIAR, Carlos B. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. In: **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 24, n.º 2, jul./dez., p. 15-32. 1999.